

As contribuições do ensino em Direitos Humanos para a formação dos pós-graduandos em Ciência da Informação: perspectivas a partir da Universidade Federal do Pará

The contributions of education in Human Rights to the training of graduate students in Information Science: perspectives from the Federal University of Pará

Valéria Ferreira

Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil

vpaularf@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6259-0403>

Claudia Souza

Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil

santttos.claudia@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3992-0256>

Mônica Tenaglia

Universidade Federal Fluminense, Brasil

monica_tenaglia@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0002-5537-0143>

Franciele Redigolo

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil

marques.redigolo@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0001-6277-2960>

Submetido em: 29 de maio de 2024

Aceito em: 19 de maio de 2025

Publicado em: 21 de outubro de 2025

Licença:



Como citar este artigo:

FERREIRA, Valéria *et al.* As contribuições do ensino em Direitos Humanos para a formação dos pós-graduandos em Ciência da Informação: perspectivas a partir da Universidade Federal do Pará. **REBECIN**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-28, 2025. DOI: <http://doi.org.10.24208/rebecin.v12.415>

RESUMO

O ensino sobre os Direitos Humanos tem ganhado destaque na sociedade contemporânea, incluindo para formação de diferentes áreas profissionais e campos do conhecimento. O objetivo desta pesquisa foi compreender as contribuições da formação em Direitos Humanos para a Ciência da Informação, a partir da disciplina “Arquivos e Direitos Humanos”, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Pará. A metodologia utilizou levantamento bibliográfico e questionário aplicados aos discentes da disciplina. Os resultados evidenciaram que a temática dos Direitos Humanos com a Ciência da Informação foi positiva às percepções, perspectivas e anseios dos entrevistados, além de constatar a importância dessa abordagem às diferentes linhas de pesquisa, associadas e interligadas na formação do profissional da informação. Observou-se que há poucas publicações relacionadas à temática Direitos Humanos e Ciência da Informação, porém de acordo com análise dos resultados com os discentes participantes, considera-se importante para a formação do profissional tanto no aspecto acadêmico quanto profissional.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos.

ABSTRACT

Teaching about Human Rights has gained prominence in contemporary society, including training in different professional areas and fields of knowledge. The objective of this research was to understand the

contributions of training in human rights to Information Science, based on the module “Archives and Human Rights”, from the Graduate Program in Information Science, at the Federal University of Pará. The methodology used a bibliographic survey and questionnaires applied to the students of the module. The results showed that the theme of Human Rights with Information Science was positive for the perceptions, perspectives and aspirations of the interviewees, in addition to verifying the importance of this approach to the different areas of research, associated and interconnected in the formation of the information professionals. It was observed that there are few publications related to the theme of human rights and Information Science, but according to the analysis of the results with the participating students, it is considered important for professional training both in the academic and professional aspects.

Keywords: Information Science. Human Rights. Human Rights education.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) como área interdisciplinar comunica-se com diferentes áreas do conhecimento e campos do saber. Os estudos acerca da CI no Brasil remontam ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT), pioneiro no Brasil e na América Latina, com linhas de pesquisa voltadas para a Epistemologia e Interdisciplinaridade (Pinheiro, 2005).

No Brasil, a defesa dos Direitos Humanos (DH) se intensificou a partir dos períodos de violência e repressão (anos da Ditadura Militar, 1964 -1985). E na década de 1980, as discussões se voltaram para a educação em DH devido ao processo de redemocratização e dos primeiros trabalhos realizados por profissionais, universidades e organizações em defesa desses direitos (Brasil, 2013). Diante disso, emergiu a seguinte questão: como o ensino em Direito Humano contribui

para a formação e atuação dos discentes de pós-graduação em Ciência da Informação? E como objetivo, buscaram-se as contribuições da temática dos DH à CI no âmbito da disciplina “Tópicos Especiais: Arquivos e Direitos Humanos”, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFGPA). Na metodologia foi aplicada a revisão bibliográfica, questionários aos discentes matriculados na disciplina. O levantamento bibliográfico se baseou em estudos teóricos que abordaram o ensino dos DH e suas relações com a CI. A justificativa da pesquisa é contribuir com estudos sobre os DH e a CI, como ao PPGCI/UFGPA (primeiro e único Programa de Pós-Graduação em CI) nível *stricto sensu*, da Região Norte do Brasil.

2 DIREITOS HUMANOS: UMA BREVE INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos são entendidos como forma de proteção a dignidade da pessoa humana, conforme apontado na Constituição Federal do Brasil de 1988, através do Título I, o Art. 4, inciso II: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] II - prevalência dos Direitos Humanos [...]” (Brasil, [2023], art. 4, inc. II).

A proclamação da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França”, de 1789, é uma das primeiras abordagens sobre os Direitos Humanos devido às suas concepções sobre direitos civis e garantias fundamentais. Versando sobre a liberdade e igualdade, por meio do Art. 1º: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos, logo, as distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum” (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789, art. 1).

Posteriormente, as noções de Direitos Humanos iriam ser inseridos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948, p. 1), citada pela primeira vez a questão de liberdade e igualdade como um direito fundamental na qual seria explicitado que todos os seres humanos nascem livres e iguais tanto no aspecto de dignidade e em direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Assembleia das Nações Unidas, foi promulgada em 10 de dezembro de 1948, no contexto da reconstrução dos países após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), considerada o documento internacional de orientação contemporânea dos Direitos Humanos, do reconhecimento, a proteção e a efetivação dos direitos fundamentais e disseminando a concepção de dignidade, igualdade e respeito entre as pessoas. Sendo assim, Rabenhorst (2016) destaca que os DH são direitos não definidos pelo Estado, e sim por meio de instrumentos legais ou por uma sociedade (dignidade da pessoa humana).

Para Del Preti e Lépori (2020), os Direitos Humanos são direitos que fazem parte da natureza humana, como a liberdade, a igualdade e a dignidade, e sua propriedade é decorrente da existência do indivíduo sem qualquer forma de preconceito, estabelecidos em normativas internacionais.

Logo, entendemos que esses direitos visam proteger e reconhecer a dignidade de todos os seres humanos, uma área que perpassa por diversos aspectos, contextos socioeconômicos e culturais ligados aos seres humanos que vivem individualmente ou em sociedade e entre si, e suas relações com o Estado (Organização das Nações Unidas, 1948).

A ideia contemporânea de DH remonta à DUDH, por meio da Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993 (Declaração de Direitos Humanos de Viena, 1993). A Organização das Nações Unidas (ONU) e a DUDH fundamentam a ideia de dignidade da pessoa humana, bem como a universalidade dos Direitos Humanos.

Sendo assim, mais do que elaborar atos normativos sobre o tema em análise é buscar a conscientização da sociedade para a construção e consolidação não só de uma cultura de Direitos Humanos e sim de educação, como compreende Candau (2012), a educação com base em Direitos Humanos favorece a formação de uma cultura voltada para o respeito à dignidade humana e claro com a contribuição da sociedade na totalidade.

3 DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para Maria de Nazaré Tavares Zenaide (2016), a história da educação em DH no Brasil está ligada à história política e social do país e não se restringe ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Nesse sentido, os DH são construídos como modos de ser e agir no cotidiano e se manifestam nas interações na família, igreja, partidos políticos, movimentos sociais, ruas e trânsito.

No Brasil, a temática dos DH ganha destaque a partir de momentos em que a violência social e política se fizeram presentes, nas décadas de 1960 e 1970. Contudo, ainda se mantém no contexto da redemocratização a herança das violações de direitos contra a dignidade humana, obrigando-se, como imperativo, o rompimento com uma cultura oligárquica que representa desigualdade e violência institucionalizada

(Brasil, 2012, p. 8).

A Constituição Federal de 1988, no art. 5º, *caput*, garante que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, [2023], cap. I, art. 5) representa um alicerce para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à promoção de Direitos Humanos na educação do país.

Conforme Silva e Tavares (2013) a Educação em Direitos Humanos é uma prática recente, visto que os períodos democráticos foram rápidos e instáveis e, só a partir de 1985, com a redemocratização do país, deu-se início à abordagem desse tema. Para o PNEDH, Eixo Orientador V, Educação e Cultura em Direitos Humanos, esse tipo de questões da educação e da cultura em DH buscam formar uma nova mentalidade coletiva baseada na solidariedade, diversidade e tolerância. Tal processo é sistemático, multidimensional, visa combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo novos valores como liberdade, justiça e igualdade (Brasil, 2010).

O PNEDH é um instrumento de políticas públicas desenvolvido no Brasil com foco no fomento de uma cultura onde a paz e o respeito à dignidade humana sejam de fato implementados. Assim, compreende-se que a educação em DH é um conjunto de procedimentos que norteia a formação de sujeitos de direitos em várias dimensões.

A universidade, especialmente a pública, mostra-se como um relevante instrumento de efetivação dos DH moderadamente vem se formando e se constituindo em um conjunto de políticas governamentais e não governamentais para a promoção, a defesa e a disseminação de

uma cultura de tolerância e a promoção da paz (Tosi, 2005).

O PNEDH, discutindo a sua implementação na educação superior, enfatiza a importância das Instituições de Ensino Superior (IES) com a formação de profissionais éticos envolvidos com o desenvolvimento da paz, da defesa dos Direitos Humanos e dos valores democráticos. As responsabilidades das IES com a Educação em DH no ensino superior estão voltadas para os processos de desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com base no respeito e na promoção dos DH.

Nesse sentido, a inserção da Educação em Direitos Humanos na Educação Superior deve ser transversal alcançando o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, assim como, os projetos pedagógicos de cursos e suas atividades curriculares, podem ser incluídos como assuntos complementares seja por meio de seminários e ações interdisciplinares, como disciplinas obrigatórias e/ou optativas.

3.1 Relações entre a Ciência da Informação e Direitos Humanos

Para compreender a questão da interdisciplinaridade da CI, tratada por Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, buscou-se no trabalho “Mutações na ciência da informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares” (Pinheiro, 2018), por meio das mandalas, o modo interdisciplinar e epistemológico das áreas do conhecimento, como: filosofia, psicologia, biblioteconomia, história, ciência política, epistemologia, administração, ciência da computação, educação, arquivologia, museologia, linguística, estatística, economia, direito, design e arte (Pinheiro, 2005).

O objeto da CI é a informação na qual envolve o tratamento, o armazenamento, a representação, o registro, a disseminação e a

mediação da informação. Remete o profissional da informação às reflexões sobre sua atuação (direta ou indireta) no ciclo informacional, bem como na defesa dos Direitos Humanos através do acesso, do tratamento, da mediação e da representação à informação como forma de subsidiar a cidadania como um direito humano e dever ético/moral do profissional quando diante de dados que dizem respeito à violação de direitos individuais e coletivos (Bagatini; Guimarães, 2019).

As informações são subsídios comprobatórios e afirmativos de outros direitos, sendo importante a sensibilidade do profissional da informação diante das informações relacionadas à DH para mediar tais informações aos usuários para a construção de novos conhecimentos e promoção de direito e cidadania.

Bagatini e Guimarães (2019) questionam o papel dos profissionais da informação, em garantir o acesso à informação e proteger os dados pessoais dos cidadãos e a caracterização do mercado de informação atual, que frequentemente viola a privacidade, e discute a vulnerabilidade dos dados pessoais em um mercado de vigilância.

Desse modo, é fundamental que profissionais da informação sejam formados tendo como base uma cultura de Direitos Humanos nas atividades transversais e interdisciplinares que devem fazer parte do universo educacional, inclusive na educação superior, de modo que a associação entre a teoria e a prática favoreça a efetivação de Direitos Humanos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada iniciou com o levantamento bibliográfico em livros, dissertações, teses e artigos, referentes aos temas “Direitos Humanos e Ciência da Informação” e “Educação e Direitos Humanos”. No segundo momento, foi elaborado um questionário, com os matriculados no primeiro semestre letivo de 2022, onde se buscou identificar as contribuições da disciplina “Arquivos e Direitos Humanos” junto aos discentes do PPGCI/UFPA.

O questionário foi elaborado a partir do conteúdo descrito na ementa da disciplina, visando a coleta de dados e a compreensão da perspectiva dos alunos em relação à disciplina quanto aos conteúdos ministrados e discutidos em sala de aula, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Perguntas do questionário, categoria de análise e objetivo de cada categoria de análise

Perguntas do questionário	Categoria de análise	Objetivo das categorias
1. Qual a sua área de formação?	A área de formação do respondente	Identificar a formação do discente.
2. Por que se interessou pela disciplina e como imaginou que ela iria contribuir para o seu desempenho na Pós-Graduação?	Interesse pelo tema Direitos Humanos e a sua contribuição para o seu desempenho na Pós-Graduação	Detectar a motivação pela qual o discente fez para a opção de cursar a disciplina.
3. Quais os pontos que mais chamaram sua atenção durante as aulas dessa disciplina?	Pontos que mais chamaram a atenção dentre os conteúdos discutidos.	Apontar os itens da disciplina que foram mais significativos na perspectiva do discente.

4. Acredita que a experiência de participar da disciplina contribuirá para o seu desempenho na Pós-Graduação? Por quê?	Contribuição para o desempenho dos discentes na Pós-Graduação	Expor os pontos significativos da disciplina ministrada para a colaboração durante o processo de Pós-Graduação do discente.
5. Acredita que a experiência de participar da disciplina contribuirá para o seu desempenho como profissional da informação?	Contribuição da disciplina para o seu desempenho como profissional da informação	Demonstrar a partir da experiência do ensino da disciplina como as temáticas colaboraram nas atividades profissionais do discente.
6. Você vê alguma importância do ensino sobre Direitos Humanos na Pós-Graduação em CI? Se sim, qual seria?	Importância do ensino sobre Direitos Humanos na Pós-Graduação em Ciência da Informação	Apresentar os pontos significativos sobre a temática dos Direitos Humanos dentro do contexto direto do ensino na Pós-Graduação em CI.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A aplicação do questionário se deu via plataforma google forms e obteve 09 (nove) questionários respondidos, considerando um total de 15 (quinze) enviados. As perguntas elaboradas e as análises dos dados garantem o anonimato dos participantes, sendo assim não houve coleta de dados sensíveis, visto que não é o objetivo desta pesquisa.

Os dados obtidos foram analisados a partir da identificação do grupo profissional dos discentes participantes. O que permitiu identificar o perfil desse grupo conforme, quadro 2.

Quadro 2 - Perfil dos profissionais discentes

Formação profissional	Quantidade
Bibliotecários	5
Arquivistas	2
Administradores	2
Não respondeu ao questionário	6

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Para se chegar à compreensão da perspectiva dos discentes acerca da relevância da disciplina na sua formação e cotidiano no processo informacional, foi realizado um estudo de caso de caráter qualitativo.

4.1 Disciplina Arquivos e Direitos Humanos no PPGCI/UFGA

A disciplina “Arquivos e Direitos Humanos”, com carga horária de 60h, foi ministrada presencialmente no primeiro semestre letivo de 2022.1, com a professora titular e professores convidados (via *google meet*), os quais contribuíram, com seus trabalhos apresentados em sala de aula, relacionados a arquivos, Direitos Humanos e justiça social, apresentando conceitos, histórico além do contexto dos arquivos no período da Ditadura Militar no Brasil, o funcionamento sobre a Justiça de Transição e a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a relação destas com os arquivos e as abordagens de aspectos éticos envolvendo os fatos e a evolução dos DH no Brasil.

Na proposta de ementa para a disciplina Arquivos e Direitos Humanos, apresentou objetivos, textos obrigatórios para discussão em sala de aula, bibliografias complementares e documentários. Além da identificação dos objetivos de disciplina, como eixo principal, as questões voltadas para DH visam contribuir para a formação de cidadãos críticos e transformadores de realidades sociais.

4.2 Forma de análise dos resultados

Foram utilizados textos indicados na lista de leituras obrigatórias

presentes no plano de trabalho da disciplina como base para as discussões aqui levantadas, cujos autores e títulos das publicações científicas se encontram identificados no quadro 3.

Quadro 3 - Leituras obrigatórias da disciplina: “Arquivos e Direitos Humanos” PPGCI UFPA, utilizadas para a elaboração das perguntas enviadas aos discentes participantes

	Autores	Título do artigo
1	BAGATINI, J. A.; GUIMARÃES, J. A. (2019)	Os desafios éticos do profissional da informação face à vulnerabilidade dos dados pessoais: uma reflexão a partir da perspectiva brasileira.
2	BARBOSA, J.; SILVA, M. (2020)	A história não ensinada sobre a ditadura civil-militar: reflexões sobre pesquisa e ensino no contexto amapaense
3	CITTADINO, M.; SILVEIRA, R. M. (2005)	Direitos Humanos no Brasil em uma perspectiva histórica.
4	COOK, T.; SCHWARTZ, J. (2004)	Arquivo, documentos e poder: a construção da memória moderna
5	DECLARAÇÃO ... (1776)	Declaração da independência dos EUA, 1776.
6	FICO, C. (2012)	História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro.
7	FUGAZZA, G.; SALDANHA, G. (2017)	Privacidade, ética e informação: uma reflexão filosófica sobre os dilemas no contexto das redes sociais.
8	GERACI, N.; CASWELL, M. (2019)	Desenvolvendo uma tipologia de documentos relacionados aos Direitos Humanos
9	GREEN, J. (2011)	A proteção da privacidade com a abertura plena dos arquivos.
10	HOFFMAN, F.; FROTA, M. G. (2019)	Museus e justiça de transição no contexto brasileiro: memória e informação na construção de espaços de representação do trauma.
11	HOLLANDA, C. B. (2018)	Direitos Humanos e democracia: as experiências das comissões da verdade no Brasil
12	NORA, P. (2012)	Entre memória e história: a problemática dos lugares.
13	FONTES, E. J. O. (2014)	O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará.
14	QUINTANA, A. G. (1999)	Arquivos e direitos humanos.
15	ROUSSO, H. (1996)	O arquivo ou o indício de uma falta.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Os textos constantes do quadro 3 foram materiais de base nas atividades, portanto, compreendeu-se a relevância desses textos para apoiar a elaboração das questões, análise e discussão dos resultados da pesquisa. Nesse contexto, a partir da coleta dos dados, dos objetivos propostos na ementa e dos textos obrigatórios discutidos (quadro 3), foi realizado o exame das respostas por categorias de análise que seguirão a mesma ordem das perguntas do questionário (veja quadro 1).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e discussão dos resultados obtidos a partir do questionário (quadro 1), representam as perspectivas dos discentes, conforme a categoria profissional identificada (quadro 2), e as discussões dos resultados a partir das leituras obrigatórias (quadro 3).

5.1 Categorias de análise: análise dos dados obtidos a partir da aplicação do questionário com respaldo da teoria da área

a) A área de formação do respondente.

Identificou-se a formação dos discentes matriculados na disciplina e os pontos em comum quanto às percepções dos alunos acerca do conteúdo ministrado, especialmente, chegando-se a três grupos profissionais: 05 (cinco) bibliotecários, 02 (dois) arquivistas e (02) dois administradores.

Infere-se que existiu certa heterogeneidade quanto à formação acadêmica dos alunos, observou-se que a temática DH despertou o

interesse dos profissionais de formações diferenciadas e favoreceu uma visão interdisciplinar sobre DH e Educação em Direitos Humanos no âmbito da CI. Ou seja, os futuros profissionais da informação devem estar atentos a questões como organização, armazenamento e disseminação da informação, como Bagatini e Guimarães (2019) apresentam na produção “Os desafios éticos do profissional da informação face à vulnerabilidade dos dados pessoais: uma reflexão a partir da perspectiva brasileira” (Texto 1, quadro 3), tendo em vista, a garantia de direitos individuais, como a privacidade.

b) Interesse pelo tema Direitos Humanos e a sua contribuição para o seu desempenho na Pós-Graduação.

Buscou-se compreender a motivação dos discentes pela temática DH e como tal tema poderia contribuir para o desempenho na Pós-Graduação (textos do quadro) e se correlacionaram com os projetos de pesquisas durante o desenvolvimento do mestrado.

As respostas obtidas apontaram as seguintes motivações em cursar a disciplina: a relação da temática com a atividade profissional; ampliação do conhecimento sobre a temática DH foi e a contribuição do assunto abordado para a elaboração da dissertação foram as principais respostas. Para todos os profissionais as motivações têm origem em suas atividades profissionais e acadêmicas, que acabam levando à busca pelo desenvolvimento do conhecimento sobre o tema DH na mesma proporção.

Quanto à contribuição da disciplina para o desenvolvimento na Pós-Graduação, observou-se em relação ao objetivo conteúdo ministrado de ampliar o conhecimento sobre DH, especialmente em locais: como

museus, arquivos, bibliotecas e memoriais onde são guardadas informações e memórias de violações de Direitos Humanos, principalmente acontecimentos locais, como seu principal propósito institucional. Conforme Hoffman e Frota (2019), (Texto 10, quadro 3), verificou-se a ampliação do conhecimento sobre a dimensão e os contextos sobre DH para os discentes. Seja no sentido de direitos alcançados, reivindicados, individual, coletivo e social, contribui na reflexão do profissional da CI no caráter de uso e mediação da informação em DH.

c) *Pontos que mais chamaram a atenção dentre os conteúdos discutidos.*

Os temas de destaque pelos discentes foram relacionados às leituras obrigatórias, como a produção científica de Geraci e Caswell (2019), (Texto 8, quadro 3), que enfatizam que os temas abordados pelos estudos arquivísticos auxiliam na compreensão da sociedade.

Outro assunto importante é o item privacidade de dados diante da abertura dos arquivos tratados por Green (2011), (Texto 9, quadro 3), que remete para a análise dos documentos no Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), onde foram notados que mesmo quando registradas as informações no documento, era perceptível encontrar “espaços”, ou seja, lacunas que induzem a uma análise errônea sobre tal fato. Diante disso, o profissional da informação deve avaliar, minuciosamente, o conteúdo dos documentos antes de registrar, organizar e disponibilizá-los aos usuários, de modo a evitar organizar e representar uma informação de maneira equivocada.

Hollanda (2018), (texto 11, quadro 3), chamou à atenção dos

discentes para a importância da documentação produzida durante o período da Ditadura Militar e o acesso a essas informações para o entendimento e provas de fatos ocorridos neste período ditatorial e o papel das comissões da verdade que ajudam a compreender os abusos do Estado e de grupos que fizeram parte de conflito.

No texto de Fontes (2014), (Texto 13, quadro 3), os alunos destacaram a relevância de conhecer alguns dos documentos gerados no período da Ditadura Militar, que tratam da relação das correspondências dos reitores com os órgãos de segurança e repreensão da Ditadura Militar, para investigação da violação de Direitos Humanos ocorridos nesse período na Universidade Federal do Pará.

No terceiro questionamento (quadro 1) as respostas identificadas, em ordem de frequência, foram: para os profissionais da Biblioteconomia e Administração, o período da Ditadura Militar, com suas principais características, bem como a importância dos trabalhos das Comissões da Verdade (âmbito nacional e regional), justiça social, violação de Direitos Humanos foram os assuntos que mais chamaram à atenção de grupo. Corroborando com Hollanda (2018), (texto 11, quadro 3) onde se reflete sobre as comissões da verdade, democracia e Direitos Humanos no Brasil.

O destaque dos arquivistas, em relação ao conteúdo da disciplina, é quando as características, funções e a importância dos arquivos, a questão de assegurar a veracidade da história (passado e presente), o exercício da cidadania e a própria questão dos DH.

Percebem-se elementos da disciplina que representam contextos sócio-histórico passado e atual, como o período militar e as ações das comissões da verdade, que Barbosa e Silva (2020), a experiência da

Ditadura é um evento da história brasileira que precisa ser ensinado desde a educação básica para que as futuras gerações possam construir pensamentos mais críticos acerca de violações de direitos ocorridas no Brasil como base da fragilidade democrática (texto 2, quadro 3).

d) Contribuição para o desempenho dos discentes na Pós-Graduação.

Indica os aspectos relevantes em relação à experiência de participar da disciplina e os temas debatidos em sala de aula, como por exemplo, arquivos, Direitos Humanos, memória, informação, privacidade, documentação, comissões da verdade, justiça de transição, Ditadura Militar contribuíram para o desempenho e reflexão para suas dissertações e na Pós-Graduação, a partir dos temas abordados no quadro 3.

Houve consenso entre os profissionais, pois todos acreditam que a participação na disciplina contribuiu para suas atuações na Pós-Graduação que os textos discutidos em sala de aula possibilitaram ampliar o conhecimento sobre a importância das pesquisas em CI, por meio de assunto como memória, acessibilidade, justiça social, Direitos Humanos, questões sociais e o pensamento crítico direcionada a área. Barbosa e Silva (2020), Texto 2 (quadro 3), por exemplo, leva-nos a reflexão de como a escassez de informações sobre uma temática, interfere diretamente no ensino e pesquisa e como o profissional da informação e no exercício do papel relevante diante do acesso às fontes de pesquisa primárias e secundárias.

Quanto às justificativas, foram apontadas a contribuição para o melhor conhecimento sobre o tema na elaboração de suas pesquisas, no entendimento do desdobramento da efetivação dos Direitos Humanos que é a justiça social, assim como pela contribuição com sua área de

formação.

Destaca-se que a escola e a universidade podem ser espaços de aprendizado e convivência pacífica com todas as formas de diversidade e lugares de aprimoramento do pensamento crítico de futuros profissionais. Na perspectiva, Lira (2020), acredita que a escola é um importante aspecto para a Educação em Direitos Humanos como um instrumento relevante no estabelecimento de direitos e deveres na sociedade.

e) Contribuição da disciplina para o seu desempenho como profissional da informação

Os resultados demonstraram unanimidade nas respostas, sendo considerada por todos os discentes a importância da relação entre a disciplina e a contribuição para suas atuações enquanto profissionais da informação.

Para os bibliotecários, a experiência com os textos (quadro 3) favoreceu a reflexão a respeito da missão do profissional da informação, de informar o coletivo, permitindo, dessa forma, a efetivação de direitos. Sendo destacada a atitude ética e moral do profissional da informação, combatendo a disseminação de informações falsas, as chamadas *fake news*, enquanto agentes facilitadores do acesso e mediação da informação.

Na perspectiva dos administradores, a visão, como também profissional da informação, da ampliação de novos conhecimentos sobre Direitos Humanos, capacita-os no auxílio das informações das organizações, na gestão, na tomada de decisão, na construção de novas estratégias e na disseminação da informação.

Os arquivistas veem o tema dos DH como um elemento que favorece a reflexão do papel do arquivista em unidade de informação, como na gestão de documentos, visto que, os arquivos vêm se tornando tema central quando se trata de Direitos Humanos na contemporaneidade (Tenaglia, 2022) corroborando com as ideias de Cook e Schwartz (2004); Geraci e Caswell (2019); Green (2011) e Quintana (1999) e com os artigos do quadro 3.

Os dados demonstram que os discentes estão conscientes do seu papel como profissional da informação, especialmente quanto à educação, o aperfeiçoamento constante para atender às transformações cada vez mais rápidas e constantes.

f) Importância do ensino sobre Direitos Humanos na Pós-Graduação em Ciência da Informação

Aponta-se aqui o item de maior relevância acerca do ensino em DH do ponto de vista dos acadêmicos. Os discentes entendem que o ensino de DH deveria ser algo tratado desde o ensino básico, pois a temática auxilia na promoção de políticas públicas, no direito à informação, no papel ético do profissional da informação, no combate de notícias falsas, no acesso à informação, cultura humanizada no meio acadêmico, a reflexão do papel do profissional da informação e como os Direitos Humanos estão presentes em todas as áreas do conhecimento.

A partir da análise das respostas dos participantes foi possível inferir que os discentes tiveram noções sobre o histórico, bases e evolução sobre os Direitos Humanos no mundo a partir de textos como a Declaração de Direitos Humanos (1779), que apresenta a importância do ensino em Direitos Humanos e na educação, básica e superior pontos

discutidos em textos de Barbosa e Silva (2020) e Fontes (2014), e como demonstrou o grupo dos bibliotecários e administradores, que oportuniza a apropriação de conhecimento daqueles que não vivenciaram o período ditatorial ocorrido no Brasil nas décadas de 1960/1970 como de fato se deram, abordagens incluídas em textos como de Hollanda (2018) e Fontes (2014).

O PPGCI/UFGA, contribuiu para a difusão do conhecimento e da formação e pesquisa ao nível de Pós-Graduação na área, além de favorecer na formação de profissionais qualificados para atender às demandas informacionais, discussão de problemas, soluções e pesquisa no âmbito a CI, conforme as vertentes das linhas de pesquisas “Mediação e Uso da Informação” e “Organização da Informação”, oriundas da Área de Concentração “Gestão da Informação e Organização do Conhecimento”, linhas de pesquisas encontradas no site do PPGCI/UFGA (Universidade Federal do Pará, 2022), com o enfoque e a discussão de problemas e de soluções no âmbito da organização, mediação e do uso da informação na Região Amazônica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar sobre o ensino dos DH relacionando-os com a formação do profissional em CI, especialmente, na Amazônia é algo relevante, pois questões sensíveis envolvendo direitos sociais, civis, trabalhistas e ambientais vêm sendo tratadas nesse espaço e ganhando destaque no cenário nacional e internacional. Durante o levantamento bibliográfico, verificou-se que existem poucos materiais direcionados ao tema dos DH relacionados à CI. Em toda a pesquisa, buscou-se dar ênfase à

importância do ensino na área dos DH com ênfase na formação profissional em CI, considerando a interdisciplinaridade, a qual perpassa pelas diversas áreas do conhecimento que envolve a CI.

Nesse sentido, compreende-se que a educação em DH tem o papel de conscientizar o profissional da informação no combate às violações de Direitos Humanos, disponibilizando principalmente o acesso informacional para todas as camadas e classes sociais. A defesa do eixo da educação nos DH, seja na esfera do ensino fundamental, médio ou superior, é uma maneira de combate e reflexão às violações de Direitos Humanos, valorização da dignidade e dos princípios democráticos que cercam o cotidiano social.

A consciência do ensino de DH para o profissional que trata diretamente com a informação desde a sua gênese até o processo de transformação de dados em conhecimento e os direitos e valores que envolvem e cercam as informações que chegam a seus usuários é de suma importância no embasamento do seu papel social na sociedade na qual está inserido e na luta entre as desigualdades e injustiças.

Assim, a pesquisa apontou pontos positivos quando identificou que os alunos conseguiram relacionar o conteúdo ministrado com os seus trabalhos acadêmicos e com a atuação profissional. Observou-se, ainda, que a disciplina contribuiu principalmente para a pesquisa de dissertação no PPGCI/UFGA por tratar de assuntos como memória, violação de Direitos Humanos, arquivos e informação. Quanto ao ambiente de trabalho, as temáticas despertaram a responsabilidade do profissional em CI na atuação dos preceitos e valores em DH.

Por fim a pesquisa, permitiu a reflexão sobre o ensino dos DH na formação discente e futuro Profissional da Informação, bem como que a

informação vai além da importância do acesso, tratamento e disseminação, visto que, influencia diretamente nos direitos individuais, coletivos, direitos dos povos, direitos de solidariedade, proteção internacional dos direitos, cabendo ao profissional da informação pensar e refletir como os Direitos Humanos fazem parte do seu contexto informacional, na prática sociopolítica, na questão democrática diante da diversidade informacional de atuação e pesquisa no contexto amazônico.

REFERÊNCIAS

BAGATINI, José. Augusto; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Os desafios éticos do profissional da informação face à vulnerabilidade dos dados pessoais na atualidade: uma reflexão a partir da perspectiva brasileira. **Ibersid**, [S./], v.13, n. 1 (en.-jun. 2019) 13-19. DOI: 10.54886/ibersid.v13i1.4588. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/4588>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BARBOSA, Júlia Monnerat; SILVA, Maura Leal da. A história não ensinada sobre a ditadura civil-militar: reflexões sobre pesquisa e ensino no contexto amapaense. **Fronteiras e Debates**, Macapá, v. 7, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/6688>. Acesso em: 11 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Df, 2012. 38 p. PARECER HOMOLOGADO Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 30/5/2012, Seção 1, Pág. 33. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf> Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em:
[pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf](http://dhnet.org.br/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf) (dhnet.org.br).
Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: diretrizes nacionais**. Brasília: SEDH/PR, 2013. Disponível em:
<https://encurtador.com.br/bqZda>. Acesso em: 09 set. 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 33, p. 715-726, 2012.

CITTADINO, Monique; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Direitos Humanos no Brasil em uma perspectiva histórica. In: TOSI, G. (org.). **Direitos humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004, p. 135- 163 (Capítulo 5). Disponível em:
https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2015/11/2005.DH_-historia-teoria-pr%C3%A1tica.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivo, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro: Revista do Arquivo Municipal de Indaiatuba**, Indaiatuba, v. 3, n. 3, jul. 2004, p. 15-30.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DE 1789. [S.l.: s.n.], 1789. Disponível em:
[https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf).pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1776. [S.l.: s.n.], [1776]. Disponível em: <https://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/declaraindepeEUAHISJNeto.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, 1993. [S.l.: s.n.], 1993. Disponível em: <https://shre.ink/xZF0>. Acesso: 16 nov. 2022.

A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DO EUA: Thomas Jefferson. Rio de Janeiro: Zahar, [1776]. Disponível em: <https://archive.org/details/ADeclaracaoDeIndependenciaDoEUAThomasJefferson/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 16 nov. 2022.

DEL PRETI, Bruno; LÉPORE, Paulo. **Manual de Direitos Humanos**. Salvador: Juspodivm, 2020.

FICO, Carlos. Dossiê: história e inteligência. **Varia história**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p.43-59, jan/jun 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>. Acesso em:

FONTES, Edilza Joana Oliveira. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará (UFPA). **Acervo**, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 280-292, 2014. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/473>. Acesso em: 04 mar. 2022.

GERACI, Noah; CASWELL, Michelle. Desenvolvendo uma tipologia de documentos relacionados aos Direitos Humanos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 997-1024, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n3.2019.24467. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/24467>. Acesso em: 02 fev. 2022.

GREEN, James N. A proteção da privacidade com a abertura plena

dos arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 205-216, jan./jun. 2011. Disponível em:

<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/379>.

Acesso em 03 fev. 2022.

HOFFMAN, Felipe Eleutério; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Museus e justiça de transição no contexto brasileiro: memória e informação na construção de espaços de representação do trauma.

Em questão, Porto Alegre, v. 25, p. 278-299, 2019. DOI:

10.19132/1808-5245252.278-299. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/81870>. Acesso em: 02 fev. 2022.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos Humanos e democracia: as experiências das comissões da verdade no Brasil. **Revista**

Brasileira de Ciências Sociais, [S.l.], v. 33, n. 96, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.17666/339610/2018>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8PRcJPCwcY9VRRXbxMSkTzy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2022.

LIRA, Kalline Flávia Silva da. Direitos Humanos, educação e psicologia: relato de experiência docente. **Revista interterritórios**, Caruaru, v. 6, n.

10, p. 333-351, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33052/inter.v6i10.244912>.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/244912>.

Acesso em: 05 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York, 1948. Disponível em:

[https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-](https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf)

[03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf). Acesso

em: 06 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Apresentação**. Belém, [2021]. Disponível

em:

<https://www.ppgci.prosp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 05 jul. 2022.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, 2005. Semestral. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/23/1/I%26SPinheiro2005.PDF>. Acesso em: 03 jul. 2022.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Mutações na ciência da informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/43317>. Acesso em: 25 jun. 2025.

QUINTANA, Antônio González. Archivos y derechos humanos. **Boletín de la ANABAD**, [S. l.], v. 49, n. 3-4, p. 371-389, 1999. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=51170>. Acesso em: 02 fev. 2022.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. O que são Direitos Humanos? In: ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L. de F. G.; NÁDER, A. A. G. (org.). **Educando em Direitos Humanos**: fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos. João Pessoa: UFPB, 2016. v.1. cap. 1. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/10/EducandoemDH_Vol-1.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Educação em Direitos Humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Educação**, [S. l.], v. 36, n. 1, fev. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12315>. Acesso em: 05 jul. 2022.

TENAGLIA, Mônica. **Plano de Disciplina:** tópicos especiais 00191 arquivos e Direitos Humanos. Belém: [S.L], 2022. 7 p. (Plano de Disciplina).

TOSI, Guissepe. (org.). **Direitos humanos:** história, teoria e prática. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004. p. 135- 163 (Capítulo 5). Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12315>
. Acesso em: 05 jul. 2022.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na Educação Básica e Superior: construção de uma trajetória social. *In*: ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L. de F. G.; NÁDER, A. A. G. (org.). **Educando em Direitos Humanos:** fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos. João Pessoa: UFPB, 2016. v.1. p. 137- 156 (cap. 5., seção 2). https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/10/EducandoemDH_Vol-1.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.